

REFERÊNCIA DE PUBLICAÇÃO: Zambezi_TH_Equipa_1/4

Ao apresentarem uma proposta, os proponentes devem seguir todas as instruções, formulários, caderno de encargos, disposições contratuais e especificações constantes do presente processo do concurso. Se o proponente não apresentar todas as informações e documentos necessários dentro do prazo fixado, a sua proposta pode ser rejeitada.

As presentes instruções definem as regras para a apresentação e seleção das propostas. As presentes instruções são aplicáveis ao presente concurso, em conformidade com o guia prático (disponível no seguinte endereço Internet: <https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/ePRAG>).

1. Serviços a prestar

Os serviços requeridos pela entidade adjudicante são descritos no caderno de encargos e figuram no anexo II do projeto do contrato, que constitui a parte B do presente processo do concurso.

2. Calendário

	DATA	HORA
Data-limite para solicitar esclarecimentos à entidade adjudicante	12 de Agosto de 2025	
Data-limite para a prestação de esclarecimentos pela entidade adjudicante	24 de Agosto de 2025	-
Data-limite para a apresentação das propostas	1 de Setembro de 2025	15:00
Entrevistas (se for caso disso)	8 a 10 de Setembro de 2025	-
Data de conclusão da avaliação das propostas	15 de Setembro de 2025	-
Notificação da adjudicação do contrato	18 de Setembro de 2025	-
Assinatura do contrato:	22 de Setembro de 2025	-
Data de início	22 de Setembro de 2025	-

3. Participação

- A participação no presente concurso está aberta unicamente as pessoas singulares
- As pessoas singulares não estão autorizadas a participar neste concurso nem lhes poderá ser atribuído um contrato se se encontrarem numa das situações referidas na rubrica 2.4 (medidas restritivas da UE) e nos pontos 2.6.10.1.1 (critérios de exclusão) ou 2.6.10.1.2. (rejeição de participação num concurso) do **guia prático**. Caso se encontrem numa destas situações, a sua proposta será considerada inapropriada ou irregular.
- Nos casos enumerados no artigo 2.6.10.1.1 do **guia prático**, os proponentes podem ser excluídos dos procedimentos de adjudicação financiados pela UE e ser objeto de sanções financeiras de montante até 10 % do valor total do contrato em conformidade

com o regulamento financeiro em vigor. Esta informação pode ser publicada no sítio Web da Comissão, em conformidade com o regulamento financeiro em vigor.

4. Conteúdo das propostas

As propostas, os documentos relacionados com a proposta e toda a correspondência trocada entre o proponente e a entidade adjudicante devem ser redigidos em português. A proposta deve incluir uma proposta técnica, como exigido no artigo 4.1.

4.1. Proposta técnica

A proposta técnica é constituída pelos documentos a seguir enumerados. Os documentos enumerados nos pontos 1 a 3 devem ser apresentados no prazo fixado para a apresentação das propostas.

As provas documentais enumeradas nos pontos 4 e 5 não devem ser apresentadas no prazo fixado para a apresentação das propostas. Estas devem ser preparadas pelos proponentes e conservadas para poderem ser disponibilizadas à entidade adjudicante. A entidade adjudicante pode, em qualquer momento do procedimento de adjudicação, solicitar as provas documentais. Se for o caso, o proponente deverá apresentar os documentos comprovativos solicitados num curto prazo.

- (1) O formulário de apresentação da proposta** (constante do presente processo do concurso, Parte D) que incluirá as declarações de exclusividade e de disponibilidade (feitas no modelo anexo ao formulário de apresentação da proposta) assinada, com o seguinte objetivo: Cada candidato/a deve comprometer-se a estar disponível e disposto a trabalhar durante todo o período previsto para a sua intervenção na execução das tarefas indicadas na rubrica «Organização e metodologia».
 - a) Uma **declaração** assinada, utilizando o modelo anexo ao formulário de apresentação da proposta.
 - b) Uma **ficha de identificação financeira** devidamente preenchida (ver anexo VI do projeto do contrato) de que constem os dados da conta bancária prevista para o depósito dos pagamentos no âmbito do contrato, caso este venha a ser adjudicado ao proponente em causa.
 - c) A **ficha de entidade jurídica** e os documentos comprovativos conexos.
- (2) Organização e metodologia** (que constituirá o anexo III do contrato), a elaborar pelo proponente, utilizando o modelo que figura no anexo III do projeto de contrato.
- (3) O CV do/a candidato/a.** O proponente deve ainda apresentar em conjunto os seguintes documentos:
 - uma cópia dos diplomas referidos no CV;
 - uma cópia dos certificados ou referências das entidades patronais, ou cópias assinadas de contratos de consultoria ou de trabalho, que comprovem a experiência profissional indicada no CV. A admissibilidade de quaisquer outros documentos comprovativos da experiência profissional indicada no CV é deixada ao critério da entidade adjudicante.

Não será utilizada como referência experiência anterior que tenha causado infração e rescisão de contrato

- (4) **A conservar pelo proponente e a apresentar mediante pedido:** provas documentais ou declarações exigidas pela legislação do Moçambique, que comprovem que não se encontram em nenhuma das situações de exclusão previstas no artigo 2.6.10.1 do guia prático. As provas, documentos ou declarações devem ter uma data que não pode ser anterior em mais de um ano à data da apresentação da proposta. Além disso, o proponente selecionado deve apresentar uma declaração que ateste que, desde a data da emissão dos referidos documentos, não se verificou qualquer alteração da sua situação.

Se, em virtude da sua natureza, a entidade do proponente não for abrangida pelas situações de exclusão e/ou não puder apresentar os documentos acima indicados (por exemplo, administrações públicas nacionais e organizações internacionais), queira apresentar uma declaração que esclareça essa situação.

- (5) **A conservar pelo proponente e a apresentar mediante pedido:** provas documentais da capacidade técnica e profissional de acordo com os critérios de seleção especificados no anúncio de concurso/informações adicionais sobre o anúncio de concurso anexo (ver também o artigo 2.6.11 do guia prático). No respeitante aos critérios técnicos de seleção, só lhe será solicitado que apresente provas documentais das referências que lhe permitiram ser pré-selecionado.

Se as provas documentais apresentadas estiverem redigidas numa língua oficial da União Europeia distinta da utilizada no concurso, recomenda-se vivamente que seja facultada uma tradução na língua do processo do concurso a fim de facilitar a avaliação dos documentos. Relativamente às provas documentais ou declarações, podem ser apresentadas quer cópias quer originais. Se forem apresentadas cópias, as versões originais deverão estar disponíveis para serem enviadas à entidade adjudicante a pedido desta.

Recorda-se aos proponentes que a prestação de informações falsas no âmbito do presente processo de concurso poderá provocar a rejeição da proposta e a sua exclusão de todos os concursos e contratos financiados pela UE.

Recorda-se aos proponentes que o orçamento máximo afetado ao contrato é em MZN. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados na moeda nacional da proposta.

5. Informações complementares antes da data-limite de apresentação das propostas

Os proponentes podem apresentar perguntas por escrito até 21 dias antes do termo do prazo de apresentação das propostas, devendo indicar a referência da publicação e a designação do contrato: mozambique@cosv.org

A entidade adjudicante não é obrigada a prestar quaisquer esclarecimentos sobre as perguntas recebidas após esta data.

Os proponentes que tentem entrar pessoalmente em contacto com a entidade adjudicante e/ou o governo do país parceiro e/ou a Comissão Europeia a respeito do contrato durante o período do concurso poderão ser excluídos do mesmo.

Os eventuais esclarecimentos respeitantes ao processo de concurso devem ser comunicados simultaneamente por escrito a todos os proponentes, o mais tardar 8 dias antes do prazo de apresentação das propostas.

Não está planeada qualquer reunião de informação.

Não está planeada qualquer visita ao local de execução.

Não são organizadas visitas pelos potenciais proponentes durante o período do concurso.

6. Apresentação de propostas

As propostas devem ser **enviadas à entidade adjudicante antes de 01 de Setembro 2025 as 15h00**. As propostas devem incluir todos os documentos exigidos na cláusula 4 e ser enviadas **por correio eletrónico**, fazendo fé, neste caso, a data e hora de receção no caixa de entrada do endereço: mozambique@cosv.org.

No objecto do e-mail deve ser especificado:

O código de referência do concurso (ou seja, **Zambezi_TH_Equipa_1/4**);

O nome do proponente.

QUER entregues em mão pelo participante ou por um agente **diretamente** nas instalações da entidade adjudicante, contraentrega de um **aviso de receção assinado e datado**, caso em que faz fé o aviso de receção, a:

COSV – Av. Sekou Touré 1971 – Maputo

COSV - Avenida Julius Nyerere 269 - Quelimane

A entidade adjudicante pode, por razões de eficácia administrativa, rejeitar qualquer pedido de participação ou proposta apresentada nos serviços de correio eletrónico dentro do prazo, mas que, por qualquer razão que escape ao controlo da entidade adjudicante, tenha sido recebida após a data efetiva de aprovação do relatório de pré-seleção ou do relatório de avaliação, caso a aceitação de pedidos de participação ou de propostas apresentados atempadamente, mas recebidos fora do prazo, seja suscetível de atrasar consideravelmente o procedimento de avaliação ou comprometer decisões já tomadas e notificadas.

No sobrescrito exterior devem figurar as seguintes informações:

- a) O endereço para a apresentação das propostas acima indicado;
- b) O código de referência do concurso (ou seja, **Zambezi_TH_Equipa**)
- c) A expressão «Não abrir antes da sessão de abertura das propostas»
- d) O nome do proponente.

7. Retirada das propostas

Os proponentes podem retirar as suas propostas através de uma notificação escrita, antes da data-limite de apresentação das propostas. Tal notificação de retirada deve ser elaborada e

apresentada em conformidade com a cláusula 6. O sobrescrito exterior (bem como o respetivo sobrescrito interior) deve ostentar a menção ou «Retirada», consoante o caso.

8. Custos de elaboração das propostas

Não serão reembolsados quaisquer custos incorridos pelo proponente com a elaboração e apresentação da proposta. A totalidade desses custos fica a cargo do proponente, incluindo os custos incorridos com a eventual entrevista dos peritos propostos.

9. Propriedade das propostas

A entidade adjudicante conserva a propriedade de todas as propostas apresentadas no âmbito do presente concurso.

10. Avaliação das propostas

A abertura das propostas recebidas não é pública. Uma vez abertas pela entidade adjudicante, as propostas passam a ser propriedade sua e serão tratadas confidencialmente.

12.1. Avaliação das propostas técnicas

A qualidade de cada proposta técnica será geralmente avaliada de acordo com os critérios de adjudicação e a respetiva ponderação, tal como especificado na grelha de avaliação que figura na Parte C do presente processo de concurso. Não serão aplicados quaisquer outros critérios de adjudicação. Os critérios de adjudicação serão examinados em conformidade com os requisitos precisados no caderno de encargos.

A avaliação das propostas técnicas será efetuada de acordo com os procedimentos referidos no artigo 3.4.10.3 do guia prático (disponível no sítio: <https://wikis.ec.europa.eu/pages/viewpage.action?pageId=44169624>).

12.1.1. Entrevistas

Entrevista presencial (que exige uma presença física):

A comissão de avaliação pode entrevistar os/as candidatos/as indicados/as nas propostas que sejam conformes do ponto de vista técnico, após ter formulado por escrito as suas conclusões provisórias, mas antes de ter concluído a avaliação técnica. O dia e a hora da entrevista serão confirmados ou notificados aos proponentes com uma antecedência mínima de 3 dias. Caso o proponente não possa participar numa entrevista por motivo de força maior, procurar-se-á chegar a acordo quanto a uma nova data conveniente para ambas as partes. Caso o proponente não possa participar nessa segunda entrevista, a sua proposta pode ser excluída do processo de avaliação.

12.3. Escolha do adjudicatário

A proposta com melhor pontuação tecnicamente conforme será selecionada.

12.4. Confidencialidade

Todo o processo de avaliação é confidencial, sob reserva da política da entidade adjudicante em matéria de acesso aos documentos. As decisões da comissão de avaliação são coletivas e as suas deliberações são secretas. Os membros da comissão de avaliação são obrigados a respeitar a confidencialidade. Os relatórios de avaliação e as atas escritas são documentos exclusivamente internos, que não podem ser comunicados aos proponentes nem a qualquer

outra parte além da entidade adjudicante, a Comissão Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude, a Procuradoria Europeia e o Tribunal de Contas Europeu.

11. Cláusulas deontológicas e código de conduta

a) Inexistência de conflitos de interesses

O proponente não poderá estar numa situação de conflito de interesses nem ter nenhuma ligação específica a este respeito com outros proponentes ou partes que participam no projeto. Qualquer tentativa por parte de um proponente no sentido de obter informações confidenciais, concluir acordos ilícitos com os seus concorrentes ou influenciar a comissão de avaliação ou a entidade adjudicante durante o processo de análise, esclarecimento, avaliação e comparação de propostas conduzirá à rejeição da respetiva proposta e pode resultar em sanções administrativas, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro em vigor.

b) Respeito pelos direitos humanos e cumprimento da legislação ambiental e das normas laborais fundamentais

O proponente e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados. Os proponentes e requerentes aos quais tenham sido adjudicados contratos devem cumprir, em particular e em conformidade com a legislação de base aplicável, a legislação em matéria de ambiente, incluindo acordos ambientais multilaterais, e as normas laborais fundamentais, conforme aplicáveis e definidas nas convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (nomeadamente as convenções sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e obrigatório e a abolição do trabalho infantil).

Tolerância zero no respeitante à exploração sexual, ao abuso e ao assédio:

A Comissão Europeia pratica uma política de «tolerância zero» em relação a todos os comportamentos ilícitos que influenciem a credibilidade profissional do proponente.

São proibidas todas as formas de violência e castigos corporais, ou ameaças de violência e castigos corporais, de abuso ou exploração sexual, de assédio ou violência verbal, bem como quaisquer outras formas de intimidação.

c) Luta contra a corrupção e o suborno

O proponente deve cumprir toda a legislação aplicável e os códigos e regulamentos em matéria de luta contra o suborno e a corrupção. A Comissão Europeia reserva-se o direito de suspender ou anular o financiamento dos projetos, caso sejam detetadas quaisquer práticas de corrupção em qualquer fase do processo de adjudicação do contrato ou durante a execução de um contrato e a entidade adjudicante não tome todas as medidas adequadas para corrigir a situação. Nos termos da presente disposição, por «práticas de corrupção» entende-se qualquer oferta de suborno, presente, gratificação ou comissão, a título de incentivo ou de recompensa, para que alguém realize ou se abstenha de realizar atos relacionados com a adjudicação de um contrato ou com a execução de um contrato já celebrado com a entidade adjudicante.

d) Despesas comerciais extraordinárias

Uma proposta será rejeitada ou um contrato rescindido se se verificar que a adjudicação do contrato ou a sua execução deu origem ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. Tais despesas comerciais extraordinárias são as comissões não mencionadas no contrato principal ou não resultantes de um contrato corretamente celebrado e relacionado com o contrato principal, as comissões não pagas em contrapartida da prestação de um serviço legítimo e efetivo, as comissões pagas num paraíso fiscal, as comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado e as comissões pagas a uma empresa que apresente todas as características de uma empresa de fachada.

Os adjudicatários de contratos relativamente aos quais se prove terem financiado despesas comerciais extraordinárias relacionadas com projetos financiados pela União Europeia ficam sujeitos, em função da gravidade dos factos provados, à rescisão dos seus contratos, ou deixarão definitivamente de poder beneficiar de financiamentos da UE.

e) Incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude

A entidade adjudicante reserva-se o direito de suspender ou anular o procedimento de adjudicação sempre que se prove que o procedimento foi objeto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude. Se, após a adjudicação do contrato, se verificar que o procedimento de adjudicação de contratos foi marcado por incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude, a entidade adjudicante pode optar por não celebrar o contrato.

14. Assinatura do(s) contrato(s)

14.1. Notificação da adjudicação do contrato

O resultado do presente processo de concurso será comunicado aos proponentes por escrito.

O proponente selecionado deve confirmar a disponibilidade ou indisponibilidade no prazo de 5 dias a contar da data de notificação da adjudicação.

Em caso de indisponibilidade, a entidade adjudicante pode decidir adjudicar o contrato ao proponente que obteve a segunda melhor pontuação tecnicamente conforme.

14.2. Assinatura do(s) contrato(s)

O proponente selecionado dispõe de 30 dias a contar da data da receção do contrato já assinado pela entidade adjudicante, para o assinar, datar e devolver à entidade adjudicante.

O incumprimento desta obrigação por parte do proponente selecionado pode constituir um motivo para a anulação da decisão de adjudicação do contrato. Nesse caso, a entidade adjudicante pode adjudicar o contrato a um outro proponente ou anular o concurso.

Paralelamente à notificação da adjudicação, os outros proponentes são informados de que as suas propostas não foram aceites através de meios eletrónicos ou por uma carta tipo em que são precisadas as insuficiências relativas da respetiva proposta, através de um quadro comparativo no qual são indicadas as pontuações obtidas pela proposta selecionada e as pontuações obtidas pela proposta eliminada. O proponente que obteve a segunda melhor pontuação é informado da notificação da adjudicação ao proponente selecionado com reserva da possibilidade de receber uma notificação de adjudicação a este proponente caso se afigure impossível assinar o contrato com o proponente selecionado. O proponente que obteve a

segunda melhor pontuação pode recusar a adjudicação do contrato se, na data em que receber a notificação, os 90 dias de validade do contrato tiverem expirado.

Além disso, a entidade adjudicante informa simultaneamente os demais proponentes preteridos do resultado do procedimento de adjudicação. O envio destas cartas significa que as suas propostas deixam de ser válidas.

15. Anulação do concurso

Em caso de anulação de um concurso, a entidade adjudicante notifica todos os proponentes desse facto.

Se o concurso for anulado antes da abertura do sobrescrito exterior das propostas, os sobrescritos não abertos e fechados serão devolvidos aos proponentes.

A anulação pode ocorrer, por exemplo:

- nos casos em que um concurso se revelou infrutífero, ou seja, não surgiu qualquer proposta suficientemente meritória a nível qualitativo ou financeiro para ser aprovada ou não foram apresentadas quaisquer propostas;
- se os elementos técnicos ou económicos do projeto tiverem sido fundamentalmente alterados;
- em circunstâncias excecionais ou de força maior que impossibilitem a execução normal do contrato;
- se todas as propostas conformes às especificações técnicas excederem os recursos financeiros disponíveis;
- se tiver havido incumprimentos, irregularidades ou fraudes substanciais no processo nomeadamente se impediram uma concorrência leal;
- quando a adjudicação não é conforme aos princípios de boa gestão financeira, ou seja, não respeita os princípios de economia, eficiência e eficácia (por exemplo, o preço proposto pelo proponente ao qual o contrato é adjudicado é objetivamente desproporcionado em relação ao preço do mercado).

A entidade adjudicante não é responsável por quaisquer danos, incluindo, a título não exaustivo, indemnizações por lucros cessantes de algum modo relacionados com a anulação do concurso, ainda que tenha sido advertida da possibilidade desses danos. A publicação de um anúncio de contrato não é constitutiva de uma obrigação imputável à entidade adjudicante no que respeita à execução do programa ou do projeto anunciado.

16. Vias de recurso

Os proponentes que se considerem lesados por um erro ou uma irregularidade cometida no âmbito de um processo de adjudicação podem apresentar uma reclamação. Para mais informações, ver o artigo 2.12. do guia prático.

17. Proteção de dados

O tratamento, pela entidade adjudicante, de dados pessoais relacionados com o presente concurso é efetuado em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante e com as disposições da respetiva convenção de financiamento.

O concurso e o contrato dizem respeito a uma ação externa financiada pela UE, representada pela Comissão Europeia. Se o tratamento da sua resposta ao convite à apresentação de propostas implicar a transferência de dados pessoais (tais como nomes, dados de contacto e curricula) para a Comissão Europeia, tais dados serão tratados exclusivamente para efeitos do acompanhamento do procedimento de adjudicação de contratos e da execução do contrato pela Comissão Europeia, para que esta cumpra as obrigações que lhe incumbem por força do quadro legislativo aplicável e do acordo de financiamento celebrado entre a UE e o país parceiro, sem prejuízo da possível transmissão aos organismos responsáveis pelo acompanhamento ou inspeção em aplicação do direito da UE. Relativamente à parte dos dados transferidos pela entidade adjudicante para a Comissão Europeia, o responsável pelo tratamento dos dados pessoais na Comissão é

As informações relativas ao tratamento dos seus dados pessoais pela Comissão estão disponíveis na declaração de privacidade no seguinte endereço:

[https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA\(Ch.2\):Aspetosgerais](https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA(Ch.2):Aspetosgerais)

Nos casos em que procede ao tratamento de dados pessoais no contexto de participação num concurso (por exemplo, curricula de peritos essenciais e técnicos) e/ou de execução de um contrato (por exemplo, substituição de peritos) deve informar em conformidade os titulares dos dados a eventual transmissão dos seus dados às instituições e organismos da UE e transmitir-lhes a declaração de privacidade supra.]

18. Sistema de deteção precoce e de exclusão

Os proponentes e, caso sejam entidades jurídicas, as pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre essas entidades, serão informados de que, caso se encontrem numa das situações de deteção precoce ou de exclusão, os seus dados pessoais (apelido e nome próprio (se se tratar de uma pessoa singular), endereço, forma jurídica e apelido e nome próprio das pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo (se se tratar de uma pessoa coletiva) podem ser registados no sistema de deteção precoce e de exclusão e comunicados às pessoas ou entidades competentes em relação à adjudicação ou à execução de um contrato.